



*Winn*

VILAREALSTºANTONIO

-----**Assembleia Municipal**

## ACTA N. 09/2013

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Novembro do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, e conforme Edital de 20 de Novembro de 2013, reuniu, em sessão **EXTRAORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

Na **ABERTURA DA SESSÃO** a **Primeira Secretária** procedeu à chamada e confirmaram-se os seguintes pedidos de substituição: na bancada da CDU, **Margarida Rosa Molarinho de Brito Simão** foi substituída por **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, e **Pedro Rui da Silva Barros** foi substituído por **Luís Manuel Negrão Vargas**; na bancada do PSD, **José Roberto Leitão Guerreiro** foi substituído por **Ana Paula Mendonça**.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** Por se tratar de Sessão Extraordinária, não estando assim previsto o período de antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato a dar conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do Plenário, face à urgência do assunto, a possibilidade de se considerar a votação para a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS DO CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.** Pediu então a palavra **Ricardo José Madeira Cipriano**, que, congratulando-se por estar de regresso à Assembleia Municipal, disse relativamente a esta proposta que o Partido Socialista tinha dúvidas quanto à sua inclusão, atendendo a que, do ponto de vista regimental, nas sessões extraordinárias apenas podem ser deliberadas as questões cujas matérias tenham sido expressamente convocadas. Assim, tendo em conta que este ponto não estava incluído na

convocatória, entendia o PS que do ponto de vista técnico e formal esta Proposta podia vir a ser ferida de nulidade caso fosse aceite e votada pela Assembleia.-----

Sobre o assunto interveio ainda **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, tecendo considerações jurídicas sobre a nulidade referida ser suprável ou insuprável.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** chamou a atenção para o facto de que, embora não constasse da Ordem do Dia, o documento havia sido distribuído praticamente na mesma altura dos restantes documentos, pelo que não via inconveniente na sua inclusão.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal**, atendendo aos aspectos regimentais e à inexistência de unanimidade por parte do Plenário, decidiu pela não inclusão da Proposta.-----

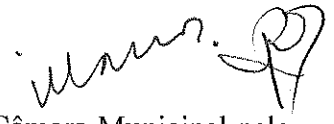
Ponto Um: **EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES** - O Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal, a saber: ofício da Assembleia Municipal de Aljezur transcrevendo uma Moção que foi aprovada por maioria por aquele órgão contra o encerramento do serviço local de finanças, e carta remetida por um auto-denominado Grupo de Cidadãos Vilarealenses a dar conhecimento de que à data de dezoito de Novembro último deu entrada na Provedoria da Justiça de Lisboa uma queixa relativa ao antigo terreno do Cine-Foz.-----

A **Maria Luisa Currito Castro** foi entregue cópia da legislação relativa às Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a qual havia solicitado formalmente à Mesa da Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** recordou que na anterior sessão fôra criada uma comissão para a revisão do Regimento da Assembleia. Não existindo até ao momento qualquer desenvolvimento relativo a esta questão, frisou que competiria à Mesa fazer contactos no sentido de se acertar uma primeira reunião, pelo que seriam enviados mails aos membros da Assembleia que foram designados pelos diferentes grupos, no sentido de a mesma ser marcada em data próxima a acordar. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** pediu a palavra para, relativamente à já citada carta do auto-denominado Grupo de Cidadãos Vilarealenses, dizer que considera indecente a quantidade de documentos que circulam por várias vias no concelho, e que se as pessoas querem denunciar alguma coisa, se forem honestas, decentes e minimamente corretas, devem fazer as denúncias que entenderem sem se socorrerem do anonimato.-----

Ponto Dois: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE**



**SANTO ANTÓNIO** – Presente a Proposta apresentada em Sessão da Câmara Municipal pelo **Vereador João Rodrigues** e aprovada por UNANIMIDADE por aquele órgão.-----

Interveio **António Filipe Parra Martins** que colocou algumas dúvidas sobre o procedimento previsto, nomeadamente por o Regulamento referir que será feito exclusivamente on-line. Realçou a importância de existirem alternativas a este formato, nomeadamente por alguns interessados não terem condições para o fazer com recurso à internet.-----

O **Presidente da Assembleia** explicou que a Proposta de Regulamento estava de acordo com os princípios estabelecidos pela nova legislação do designado Licenciamento Zero, perguntando ao **Presidente da Câmara Municipal** se pretendia prestar esclarecimentos suplementares.-----

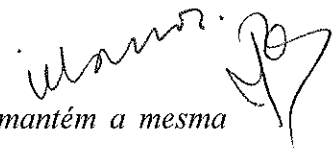
Dada a palavra ao **Vereador João Rodrigues**, este prestou esclarecimentos, informando que esta forma corresponde aos pressupostos da legislação de enquadramento, mas que se houver comerciantes que apresentem os requerimentos através de suporte papel o podem fazer, não se inviabilizando tal forma de participação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por UNANIMIDADE.-----

Ponto Três: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** – Presente a Proposta apresentada pelo **Presidente da Câmara Municipal** e aprovada por maioria por aquele órgão, com as abstenções dos Vereadores **David Murta** e **Célia Paz** e o voto contra do Vereador **José Cruz**.-----

Começou por intervir **José Manuel Modesto Dourado**, afirmando: “*Relativamente a esta Proposta, o Bloco de Esquerda irá votar contra. Dada a situação económica e social gravíssima que o país atravessa – desemprego, corte de salários, pensões e trabalhos precários – mais esta carga fiscal sobre as pessoas é uma injustiça. Estamos a falar principalmente de pessoas que têm habitação própria com crédito á habitação e que dificilmente já conseguem pagar. Subir a taxa máxima sobre os imóveis é uma injustiça. Outra situação é a proposta de majorar em 30% a taxa de IMI sobre prédios em estado de degradação. Nesse caso, o BE votaria favoravelmente na medida em que isso seria de algum modo incentivar a reabilitação urbana. Considero uma enorme injustiça, apesar de ser uma imposição do PAEL, taxar em 0,8% o IMI. Seria interessante e justo aplicar uma taxa de 30% de minoração para os prédios degradados entretanto recuperados.*”-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** referiu que “*nós temos que reclamar perante a entidade utilizadora do espaço público por fazer refletir o valor da taxa cobrada pela Câmara na fatura ao consumidor.*”-----



**António Manuel Cipriano Cabrita**, por sua vez, declarou que “o PSD mantém a mesma posição que já teve em anos anteriores. Os valores destas taxas, em Vila Real de Santo António, não têm estes valores por causa do PAEL, pois já anteriormente os valores eram os mesmos. Isto não é surpreendente, como o não é em todo o país. Cerca de 65% dos concelhos do país praticam as taxas máximas, e no Algarve praticamente todos os concelhos do litoral praticam as taxas máximas. Na prática, este concelho está a dar conformidade àquilo que se tem feito nos últimos anos.”-----

Intervio então **Luís Manuel da Rosa Fernandes**, nos seguintes termos: “A Proposta refere dois pontos: a fixação da taxa máxima do IMI nos 0,8% e a majoração em 30% na taxa de IMI. A sugestão é que numa próxima vez a autarquia traga as propostas em separado porque se o IMI decorre da lei devido ao PAEL, a majoração de 30% não decorre da lei. O PAEL veio à Assembleia Municipal em Outubro de 2012 e infelizmente obriga a várias situações. Vila Real é o único concelho pequeno do Algarve que está no chamado ‘programa um’ do PAEL, os outros estão no ‘programa dois’, que não obriga a taxas máximas. É certo que as taxas máximas já existiam mas não existia a Derrama, e agora poderia haver forma de reduzir as taxas se houvesse uma boa gestão.”-----

Em face da troca de palavras entre as diferentes bancadas, o **Presidente da Assembleia** referiu que não aceitaria esta forma de diálogo entre os membros da Assembleia, perguntando se havia mais pedidos formais de intervenção.-----

Intervio então **Carlos Manuel de Almeida Lança**, referindo, a propósito das intervenções anteriores: “Este é um trocadilho de palavras e de opiniões para confundir a opinião pública, nomeadamente de pessoas que estão nas bancadas e que não estiveram em mandatos anteriores. A opção pelo ‘programa um’ do PAEL foi uma opção assumida de forma consciente pela autarquia. Em relação à intervenção do deputado do BE, há claramente um lapso ao falar das taxas de juro da banca: estas taxas não são exorbitantes; pelo contrário, nunca estiveram tão baixas.”-----

**Luis Manuel da Rosa Fernandes** disse que quando faz declarações se fundamenta na lei, insistindo que a decisão da autarquia de entrar na ‘opção um’ do PAEL obrigou a que as taxas estejam no máximo, quando o ‘programa dois’ não obrigava a isso.-----

**António Filipe Parra Martins** e **José Manuel Modesto Dourado**, em nome das respectivas bancadas, leram e entregaram declarações de voto, que ficam apenas à Acta.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, três votos contra da CDU e um voto contra do BE.



Ponto Três - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -

Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por MAIORIA naquele órgão com as abstenções dos Vereadores **Célia Paz** e **David Murta** do PS e o voto contra do Vereador **José Cruz** da CDU.-----

Iniciado o período de discussão, interveio **José Manuel Modesto Dourado**, esclarecendo que, por princípio, o BE não é contrário à captação de 5% da taxa de IRS para o município, mas que, dadas as circunstâncias sociais e económicas actuais, não se justifica neste momento a taxa de 5%. Por esse motivo, o BE votaria contra. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, três votos contra da CDU e um voto contra do BE.-----

Ponto Quatro - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO LANÇAMENTO DA DERRAMA -

Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por MAIORIA por aquele órgão, com as abstenções dos Vereadores **Célia Paz** e **David Murta** do PS e o voto contra do Vereador **José Cruz** da CDU.-----

Concedida a palavra a **José Manuel Modesto Dourado**, este questionou a razão de não se isentarem do pagamento da Derrama as empresas cujo lucro seja inferior a cento e cinquenta mil euros, tal como, nomeadamente, decidiu a autarquia de Portimão.-----

Interveio de seguida **António Manuel Cabrita**, dizendo que era importante esclarecer esta questão e explicando que a Derrama é uma taxa aplicada, exactamente, a quem tem lucros superiores a cento e cinquenta mil euros. Disse ainda que estas receitas significam uma verba relativamente pequena, estimando-se que, no caso de Vila Real de Santo António, não chegue aos cem mil euros.-----


O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, três votos contra da CDU e um voto contra do BE.-----

Foi apresentada e entregue uma declaração de voto relativa aos pontos 3, 4 e 5 por parte da bancada do PS, e uma declaração de voto por parte do PSD.-----

Ponto Cinco: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DO DIREITO DE PASSAGEM -

Presente a Proposta apresentada em sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por MAIORIA por aquele órgão, com o voto contra do Vereador **José Cruz** da CDU.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu o período de intervenção.-----

ilms. 

Inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal: **José Manuel Modesto Dourado, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança e António Manuel Cipriano Cabrita.**-----

**José Manuel Modesto Dourado** referiu que esta taxa municipal parece passar despercebida a muita gente e que, tal como está instituída neste momento, é um absurdo, sendo os consumidores das empresas de telecomunicações que vão pagar a taxa quando a mesma deveria ser paga pelas empresas que usufruem do espaço público disponibilizado pelo município. Disse ainda que no país já houve várias moções enviadas à Assembleia da República, até agora sem resposta, e que esta taxa só vai onerar ainda mais os consumidores, sendo que as empresas que recebem as taxas não as transferem para os municípios. Referiu ainda que, dada a situação, considera que a Câmara Municipal não deveria estipular qualquer taxa desta natureza.-----

O **Presidente da Assembleia** explicou que a Câmara Municipal, por Lei, é obrigada a considerar esta taxa, dando de seguida a palavra a **António Filipe Parra Martins**, que informou que a CDU votará contra a presente Proposta por considerar absurdo serem os clientes a pagar esta taxa.-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** disse que, em relação ao deputado do BE, gostaria de esclarecer que está na Assembleia Municipal e não na Assembleia da República e que a taxa decorre da lei. Referiu ainda concordar com o deputado do BE quando diz que o mal é a empresa fazer repercutir a taxa nos consumidores.-----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que estas situações devem ser bem esclarecidas, afirmando: *“Há ocupação do espaço público por várias entidades, ocupações essas que por vezes causam incómodos à população. É um direito que assiste aos munícipes cobrarem esta ocupação do espaço público e reverter tais valores a favor dos munícipes do concelho, não podendo a Câmara Municipal, nem havendo razões para isso, prescindir desta receita”*-----

**Vanda da Encarnação Matias Fernandes** interveio, considerando que esta taxa tem apenas a ver com a cobrança da Câmara Municipal a uma entidade externa, por serem passados os cabos, como cobra outro espaço público, e que nós não tínhamos condições de reclamar.-----

**José Manuel Modesto Dourado** manifestou o entendimento de que não estava em causa a cobrança desta taxa pelo município, mas que a mesma devia ser cobrada às empresas diretamente, pois isto apenas se reflecte num acréscimo na factura dos consumidores.-----

Wanda. JP

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco votos favoráveis do PS, três votos contra da CDU e um voto contra do BE.-----

Foram lidas e entregues declarações de voto por parte do BE e do PS.-----

Ponto Sete -**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** – Presente a proposta apresentada em sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por MAIORIA por aquele órgão, com os votos contra dos Vereadores **David Murta e Célia Paz**.-----

Aberto o período de discussão, **José Manuel Modesto Dourado** referiu que o BE se iria abster, colocando dúvidas sobre se não existiria um excesso de delegação de funções no presidente da Câmara Municipal e se não estaríamos perante um claro presidencialismo em vez de dar voz à Câmara Municipal, ainda que sem colocar em causa a competência do Presidente da Câmara.-----


**Rui João Gutierrez Setúbal** disse que o PS na Câmara Municipal votou contra, e muito bem, na medida em que na Proposta existe uma série de assuntos que o PS acha que deveriam ser delegados, mas que, após uma análise mais atenta, ressaltam dúvidas que tornam a referida Proposta inexecutável. Referiu ainda que as definições estão confusas, que a forma como a Proposta está redigida não é avaliável e que parece existir alguma contradição entre o que está escrito nos pontos dois, três e sete. -----

**António Manuel Cipriano Cabrita** referiu que em anteriores sessões já se recorria a este tipo de funcionamento, que é perfeitamente natural, e que decorre da lei dos compromissos. Neste caso em concreto, e a não ser considerada esta autonomia, teriam de ser efectuadas Assembleias Municipais quase semanais, correndo-se o risco de parar os serviços essenciais, como sejam, a título de exemplo, as refeições escolares e os transportes.-----

**Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança** esclareceu que o que vem à Assembleia é o pedido de autorização para que pequenas aquisições possam ser feitas. Em relação á delegação de competências disse que provavelmente o Presidente da Câmara Municipal subdelegará as aquisições noutros serviços, pois o que está em causa é apenas o normal funcionamento dos mesmos.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco votos contra do PS, três votos favoráveis da CDU e uma abstenção do BE.-----

Foram apresentadas declarações de voto por parte das bancadas do PS e do PSD.-----

unm? 

Ponto Oito - **DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS, AO ABRIGO DO ARTIGO 3.º-D, Nº 1, ALÍNEA d) DO DECRETO-LEI Nº 124/2006, DE 28 DE JUNHO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI Nº 17/2009, DE 14 DE JANEIRO-** O

**Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a distribuição dos Boletins de Voto. Foi efetuada a votação, tendo sido designado o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela, **José Roberto Leitão Guerreiro**.-----

Ponto Nove - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELETROTÉCNICA – RENOVAÇÃO 2013/2014** – Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara Municipal pelo Vereador **João Sol** e aprovada por UNANIMIDADE por aquele órgão-----

Não havendo intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o **Presidente da Assembleia** colocou a Proposta a votação, a qual foi aprovada por UNANIMIDADE.-----

Ponto Dez - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS A ENTIDADE EXTERNA PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO** – Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por aquele órgão por MAIORIA, com as abstenções dos Vereadores **David Murta** e **Célia Paz**.---

Não se registando intervenções dos membros da Assembleia, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco abstenções do PS, três votos favoráveis da CDU e uma abstenção do BE.-----

Ponto Onze - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA GARANTIA PARA EQUIPAMENTO CISCO, SOLUÇÃO DE BACKUP IBM E CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E CORRECÇÃO DE EVENTUAIS ANOMALIAS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** – Presente a Proposta apresentada em Sessão de Câmara pelo **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por aquele órgão por MAIORIA, com os votos contra dos Vereadores **David Murta** e **Célia Paz**.-----

Não houve intervenção dos membros da Assembleia. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada por MAIORIA, com quinze votos favoráveis do PSD, cinco votos contra do PS, três votos favoráveis da CDU e uma abstenção do BE.-----



Seguiu-se o Período de intervenção do público, intervindo o munícipe **João Manuel Batista Ferramacho**, que relatou uma questão relacionada com o estacionamento abusivo de veículos no parque do Mercado Municipal nas zonas de cargas e descargas.-----

E nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou a leitura da minuta da ACTA que, colocada a votação, foi aprovada por UNANIMIDADE. O Presidente deu então por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas vinte e três horas e quinze minutos.

*O Presidente da Assembleia Municipal*

*O Primeiro Secretário*

  
(José Carlos Barros)



  
(Maria do Rosário P. Proença)



**Bloco de Esquerda**

*Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António*

*unm?*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

A proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem para 2014 merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Esta taxa, tal como está instituída atualmente, não faz sentido. É um absurdo que sejam os consumidores a suportar o encargo da mesma e não diretamente as empresas operadoras de telecomunicações. A TMDP deve ser paga pelas empresas e não pelos consumidores!

Além disso, é sabido que várias dessas empresas, não obstante apresentarem significativos lucros, muitas vezes não transferem para os municípios a totalidade dos valores cobrados aos consumidores, não estando prevista na lei qualquer sanção para este incumprimento.

Dada a cada vez pior situação social e económica da maioria da população portuguesa, e, neste caso, dos munícipes vila-realenses – desemprego, emprego precário, assalto fiscal aos trabalhadores -, é completamente injusto onerar com mais este encargo os consumidores e não as empresas, que são quem efetivamente beneficia do uso dos espaços do município.

Por estes motivos, o Bloco de Esquerda declara o seu voto contra.

Vila Real de Santo António, 28 de Novembro de 2013

(José Dourado)



**Bloco de Esquerda**

*Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António*

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

A fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para os seus valores máximos merece o voto contra do Bloco de Esquerda.

Ainda que resulte de uma imposição legal definida no Plano de Apoio à Economia Local (PAEL), aplicar a taxa máxima de IMI constitui uma clara injustiça para as pessoas, fustigadas que já estão pela grave situação social que o país atravessa. O IMI que incide particularmente sobre os prédios urbanos avaliados afeta sobretudo casais ou jovens que vivem sozinhos, que, como se sabe, têm na sua maioria empregos precários ou estão no desemprego. Muitos munícipes já não conseguem pagar os créditos à habitação e as respetivas taxas de juro, pelo que, com a criação da taxa máxima do IMI, as suas situações tornar-se-ão verdadeiramente insustentáveis.

Relativamente à proposta de majoração em 30% da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António, o Bloco de Esquerda é favorável, na medida em que pode incentivar a reabilitação urbana e, consequentemente, a criação de postos de trabalho.

Contudo, seria justo e consequente com esta última medida, aplicar uma minoração em 30% da taxa de IMI para os prédios urbanos degradados mas entretanto recuperados.

É fulcral o combate à injustiça fiscal, e distinguir entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que, deixando os prédios ao abandono, não respeitam a finalidade dos imóveis, que é a sua habitação.

Por todos os motivos acima expostos, o voto do Bloco de Esquerda será contrário à aprovação das taxas máximas do IMI.

Vila Real de Santo António, 28 de Novembro de 2013

(José Dourado)



*insu.*

*99*

**COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

**PCP – PEV**



## **Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António**

### **Declaração de Voto**

Sobre a fixação das taxas e impostos, queremos relembrar que num momento em que as famílias são sujeitas a sucessivas reduções de rendimentos e ao agravamento generalizado do custo de vida, aprovar estes valores nos seus máximos, representará uma sobrecarga acrescida que contribuirá para a degradação das condições de vida já por si difíceis, num concelho com complicadas situações sociais e económicas, agravadas pela elevadas taxas de desemprego e trabalho precário. Por isto votaremos contra

Esta situação só pode ser alterada com uma mudança de rumo e de políticas, que reponha as pessoas no centro das prioridades, que aumente a produção e coloque o sector financeiro ao serviço do povo e do país. As opções de sucessivos governos PS/PSD/CDS arrastaram-nos até à presente situação e os planos de resgate, ao contrário de resgatarem, fazem do estado central e local reféns, condenados a décadas de cativeiro da banca e do poder económico.

Foi a urgência dessa mudança que os trabalhadores e o povo, que desde já saudamos, exigiram em ações de luta por todo o país, no passado dia 26 quando o Orçamento de Estado foi aprovado na Assembleia da República, mas chumbado nas ruas.

28 de Novembro de 2013

Os Membros da CDU na Assembleia Municipal.

*António Luís Pereira*  
*António Luís Pereira*  
*António Luís Pereira*



30/11/13

ilum.

SP



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

05 NOV. 2013

Considerando a posição assumida, na passada reunião de Câmara de 18/10/2013, de voto contra relativa às seguintes propostas:

- Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro;
- Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Considerando que com esta proposta se está novamente a retirar o direito à participação dos eleitos locais seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, a posição dos Vereadores do PS é de **voto contra**.

Vila Real de Santo António, 5 de Novembro de 2013

Os Vereadores

(David Matias Murta)

(Célia Paz)